



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião da Câmara Técnica de Saneamento

Local: Sala de Reunião da SEPLAN/PCR – 5ª andar

Data: 26 de setembro de 2018

Horário: 14h53 às 18h10

Pauta:

- ✓ A revisão do Plano Diretor do Recife e interfaces com o saneamento.
- ✓ Relatório da CT sobre o Plano de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais do Recife.
- ✓ Atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico.
- ✓ Informes gerais.

Participantes da reunião da Câmara Técnica:

- ✓ Dos Conselheiros do poder público presentes: José Fernandes, Fernando de Alcântara, Luciana Félix, Marcela Gusmão e Alexandre Sávio.
- ✓ Dos Conselheiros de Entidades profissionais acadêmicas, de pesquisa e conselhos profissionais e ONGs: Sérgio Xavier dos Santos (ABES/PE).
- ✓ Dos Conselheiros representando o empresariado: Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE).
- ✓ Dos Conselheiros de Representantes do segmento de entidades sindicais de categorias profissionais ligadas ao desenvolvimento urbano, movimentos sociais e populares com atuação na temática urbana ou ambiental: Maria do Carmo Martins de Santana (MLB/PE).
- ✓ Dos técnicos da PCR e convidados: Jan Bitoun (Observatório das Metrôpoles/UFPE), Antônio Valdo de Alencar (EMLURB), Cristina Cardoso (ENGECONSULT), Francisco Lopes (PCR/SEPLAG), Socorro Cavalcante (Poder Público), Jane Toscano (Poder Público) e Tarciana Medeiros (Poder Público).

Resumo da reunião:

- ✓ José Fernandes (Poder Público) iniciou a reunião apresentando os pontos de pauta, em seguida agradeceu a presença do Professor Jan Bitoun (Observatório das Metrôpoles/UFPE) e registrou um voto, em nome da CT Saneamento, de melhoras de saúde à mestrandia da UFPE, Srta. Renata Laranjeiras, que vinha acompanhando ativamente às reuniões da Câmara.
- ✓ Jan Bitoun (Observatório das Metrôpoles/UFPE) agradeceu o convite para participar da Câmara.

Sérgio Santos 1

J. B. *MLB* *AD*



CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião da Câmara Técnica de Saneamento

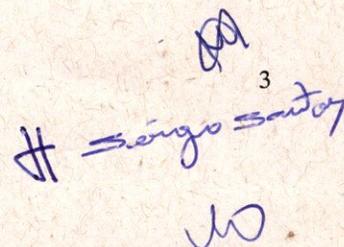
- ✓ Sérgio Santos (ABES/PE) apresentou o informe sobre a realização do curso “Modelos Tecnológicos para gestão de Resíduos Sólidos”, promovido pela ABES/PE. Que foi uma boa oportunidade de atualização sobre o tema, mas lamentou a ausência de gestores públicos no evento.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) iniciou o debate acerca do primeiro item da pauta: a revisão do Plano Diretor e suas interfaces com o saneamento. Informou que está disponível no site do Plano Diretor do Recife o volume do Diagnóstico, que conta com um capítulo sobre saneamento, que é um material interessante para debate na Câmara, e que é importante que esta participe ativamente do processo, apresentando suas proposições. Comentou que, em função do processo de revisão do Plano Diretor, o ICPS - Instituto da Cidade Pelópidas Silveira - recebeu muitas informações de diversos órgãos municipais e estaduais, inclusive relacionadas à questão do saneamento, que contribuirão para o planejamento da cidade.
- ✓ Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) destacou a importância da rede de saneamento enquanto informação para a concepção de empreendimentos. Pois o valor do investimento, por exemplo, varia conforme a necessidade de sistema de esgoto a ser implantado no imóvel, sendo um elemento para estimativa da viabilidade do empreendimento.
- ✓ Jan Bitoun (Observatório das Metrópoles/UFPE) afirmou que o alinhamento entre os planos setoriais é de extrema importância, a exemplo do Plano de Saneamento, devendo ser considerados no Plano Diretor.
- ✓ Antônio Valdo (Poder Público) explicou que nas escolas de engenharia antecessoras à década de 90, a formação para a questão do saneamento não era tratada com sua devida importância. Felizmente essa visão vem mudando. Na revisão do Plano Diretor o saneamento deve ser considerado fundamental.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) iniciou a discussão do ponto de pauta sobre o Plano de Drenagem, fazendo uma recapitulação das etapas anteriores do debate sobre o mesmo na Câmara.
- ✓ Antônio Valdo (Poder Público) chamou atenção quanto à sigla a ser utilizada para denominar o Plano de Drenagem, para não confundir-se com o Plano Diretor ou com o Plano de Saneamento.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) esclareceu que passou a adotar a nomenclatura de “Plano Municipal de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais do Recife – PMDR”.
- ✓ Francisco Lopes (Poder Público) citou a Lei Federal 11.445 como referência para a nomenclatura a ser utilizada, atestando que a proposta está adequada.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) abordou a questão dos órgãos responsáveis pela gestão dos diversos componentes do saneamento básico, em especial, a Compesa, como concessionária do

H Sérgio Santos²
LW
JL

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião da Câmara Técnica de Saneamento

abastecimento de água e esgotamento sanitário, e a Emlurb, como executora dos serviços de drenagem e coleta de resíduos.

- ✓ Francisco Lopes (Poder Público) ressaltou o papel da SESAN – Secretaria de Saneamento, que é o órgão municipal que acompanha a concessão de água e esgoto por parte do município e que também faz obras de saneamento e entrega à Compesa para a operação do serviço.
- ✓ Antônio Valdo (Poder Público) reforçou que a SESAN é um elemento importante porque executa a política de saneamento, assim como a BRK que é o atual parceiro privado na PPP de saneamento da RMR. Ressaltou ainda que a PPP não contemplou o atendimento às áreas ZEIS, que deverá ser realizado pela Prefeitura.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) lembrou que os volumes dos estudos com todas as informações relativas ao PMDR, permanecem a disposição no site do Conselho da Cidade. E que atualmente a CT Saneamento está na fase de fechamento do relatório sobre o Plano. E em seguida a CT deverá debater a minuta da regulamentação do mesmo. Ressaltou que irá disponibilizar o relatório e a minuta para os conselheiros da CT fazerem suas observações e contribuições.
- ✓ Antônio Valdo (Poder Público) reforçou a importância de que o Plano seja aprovado através de Lei ou Decreto, atestando todo o estudo que já foi feito, e que se torne um instrumento de longo prazo, que resista às mudanças de gestões.
- ✓ Sérgio Xavier (ABES/PE) preocupou-se com o controle urbano quanto à ocupação urbana dos leitos dos cursos d'água. Pois há um gasto relevante com as indenizações de desapropriação, mas sem controle da Prefeitura para evitar novas ocupações o investimento é perdido.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) acrescentou que a ocupação indevida das margens e cursos d'água no Recife é um problema histórico, que é uma questão que impacta não apenas a drenagem, mas que tem uma componente social e ambiental, e que reconhecidamente se trata de um aspecto central no debate sobre a revisão do Plano Diretor. Reforçou a importância da compatibilização das diversas leis incidentes sobre o uso de margens de cursos d'água para esclarecer que ocupações podem ser consolidadas e sob que condições.
- ✓ Jan Bitoun (Observatório das Metrópoles/UFPE) pediu atenção sobre o Rio Jordão e o Rio Tejiú. Exemplificou que Curitiba quando começou a aprovar loteamentos, colocou áreas públicas ao longo dos riachos e não ao lado das vias, o que resultou na conformação de parques lineares próximos aos cursos d'água.
- ✓ Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE) externou sua preocupação com o planejamento da drenagem apenas no nível municipal, avaliando que essa discussão deveria se dar em escala metropolitana, mesmo reconhecendo que se trata de um grande desafio.


3
W

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião da Câmara Técnica de Saneamento

- ✓ Jan Bitoun (Observatório das Metrôpoles/UFPE) explicou sua preocupação com a questão da água. Informou que participou de debate no IAB sobre a importância do saneamento no Plano Diretor. Referiu-se ao Atlas de Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social, elaborado pela Secretaria de Saneamento em 2014, que contém muitas informações sobre a carência de saneamento nas ZEIS, mas não aborda essa carência no restante da cidade que, por sua vez, também não apresenta condições adequadas de saneamento. Considera que a intermitência do fornecimento da água é uma questão importante. Obriga grande parte da população a ter de providenciar soluções para enfrentar a interrupção do abastecimento. Em edifícios o problema da intermitência não é percebido em função da existência de reservatórios de água, que suprem os dias sem abastecimento, ou pela existência de poços artesianos. E o poço, que é uma solução rural e não urbana, não é uma solução sustentável. Citou como exemplo o que aconteceu em Boa Viagem, a oeste do canal Setúbal, onde os poços tiveram que ser fechados, pois estavam contaminados. Sugeriu que a Câmara de Saneamento buscasse ter uma informação clara dos locais onde a Compesa garante o fornecimento de água ininterruptamente, e que lugares ainda não tem, mas que tem previsão de ter fornecimento constante. Nesses lugares não há necessidade de poço. A construção dos mesmos deve ser desestimulada, para não reproduzir o que aconteceu em Boa Viagem. Reforça que o atual PMSB não traz informações sobre o uso de poços artesianos e sugere que isso seja tratado na revisão do Plano, pois se trata de uma questão de sustentabilidade. Com relação à coleta de esgoto, registra que agora se tem um mapa com a rede que aparece no Documento de Diagnóstico da revisão do Plano Diretor. Preocupa-se com o forte adensamento construtivo e populacional em áreas onde não se tem rede de esgoto. Que o Plano Diretor deveria prever restrições para adensamento em áreas com deficiência de esgotamento e tratamento. O saneamento deve ser considerado para a atribuição dos coeficientes nas diversas zonas.
- ✓ Antônio Valdo (Poder Público) ponderou que alguns empreendimentos deveriam fazer o tratamento de seus esgotos em algum nível antes de despejá-los na rede pública. Esclareceu que isso já está ocorrendo em alguns casos, inclusive em conjuntos habitacionais entregues pela Prefeitura, onde estão sendo construídas estações de tratamento próprias.
- ✓ Alexandre Sávio (Poder Público) relatou que estava em reunião na Compesa sobre a elaboração do Relatório de Sustentabilidade das ações da Companhia, e nele não estava sendo tratada a questão da intermitência, mas que foi solicitado o seu acréscimo por ser considerada importante. Destacou que muitos mapas apresentados sobre a questão da intermitência não correspondem à realidade. Porque quando se analisa a área micro são detectados problemas no abastecimento devido a algumas inconsistências do sistema e na leitura da área macro consta que a área micro é abastecida. Acrescentou que a Rede Nacional de Saneamento diz que onde tem abastecimento de água não se deve ter poço. Informou também que a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife constatou que algumas áreas contam com a presença da rede de coleta de esgoto, mas muitas das unidades domiciliares não estão ligadas a rede.

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE

Ata da 12ª Reunião da Câmara Técnica de Saneamento

- ✓ Maria do Carmo (MLB/PE) referiu-se ao Canal do Cavouco, no trecho próximo ao Hospital Barão de Lucena. Afirmou que é uma área cheia de lixo, com constantes alagamentos. Quer saber se esta área está mapeada para resolver esse problema que já dura muitos anos. Questionou a gestão pública por não resolver o problema de uma área pequena, que teve investimentos realizados ao redor, mas que termina esquecida.
- ✓ Luciana Félix (Poder Público) iniciou o debate sobre o último item da pauta: a atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB. Informou que o Plano aprovado em 2017, passou por uma atualização em 2018, e que convidou a consultoria responsável pela atualização, na pessoa do Sr. Francisco Lopes, para fazer a apresentação do trabalho realizado na CT.
- ✓ Francisco Lopes (Poder Público) iniciou a apresentação com a linha do tempo do desenvolvimento do PMSB. Ressaltou que a consultoria contratada para fazer o Mapeamento de Áreas Críticas em Infraestruturas foi a mesma contratada para a elaboração da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico do Recife, o que facilitou a integração entre o conteúdo de ambos. A Consultoria baseou-se no conteúdo mínimo do Plano previsto na Lei Federal 11.445. Em 2015 aprovou-se a Política e em dezembro de 2017, após debates na CT e no Conselho da Cidade, foi aprovado o Plano.
- ✓ Luciana Félix (Poder Público) explicou que o fato da intermitência e da quantidade de poços artesianos não terem sido tratadas no Plano se deu devido à urgência de se concluir o mesmo para habilitar o Recife à captação de recursos federais, mas que isso não comprometeu a qualidade do Plano. Reforçou que além de garantir a captação de recursos para investimentos o PMSB entregou um diagnóstico muito útil ao Recife. Informou que esses aspectos estão sendo incorporados na atualização do PMSB e que compartilhou todo o material atualizado e produzido em 2017 com a Consultoria que está elaborando a Revisão do Plano.
- ✓ Alexandre Sávio (Poder Público) pontuou que deveria ter sido informado à Câmara e órgãos que estava ocorrendo a atualização da PMSB, para permitir contribuições dos diversos segmentos.
- ✓ Luciana Félix (Poder Público) explicou que a Lei da Política de Saneamento faculta a participação pública para a atualização anual do Plano, mas que para a sua revisão, que é feita de 4 em 4 anos, essa participação é exigida.
- ✓ Alexandre Sávio (Poder Público) reforçou que é uma questão de parceria, independente do que está disposto na Lei, a conversa com os segmentos da sociedade sempre traz benefícios ao que está sendo planejado.
- ✓ Francisco Lopes (Poder Público) retomou a apresentação tratando do conceito do Saneamento Integrado, que vai além do Saneamento Básico. Chamou a atenção para o fato de que o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos e o Plano de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais complementam o Plano de Saneamento. Em seguida, pontuou alguns aspectos incorporados ao PMSB na atualização

5
Sergio Santos
W

CONSELHO DA CIDADE DO RECIFE
Ata da 12ª Reunião da Câmara Técnica de Saneamento

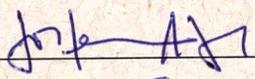
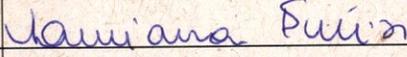
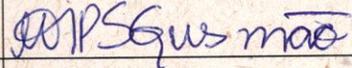
realizada e ressaltou que o desafio é coloca-lo em prática ao longo dos próximos 20 anos, a partir dos objetivos estratégicos, que tem que ser incorporados na Revisão do Plano Diretor.

- ✓ José Fernandes (Poder Público) sugeriu colocar na pauta da próxima reunião, além da continuidade do debate sobre os temas da reunião de hoje, a eleição da coordenação da Câmara.
- ✓ José Fernandes (Poder Público) agradeceu a presença dos conselheiros e informou que a Câmara se reunirá novamente, possivelmente em 24 ou 31/10, ou em novembro, conforme encaminhamento coletivo, e deu a presente reunião por encerrada.

Encaminhamentos:

- ✓ Disponibilização do Relatório da CT Saneamento sobre o Plano de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais e da minuta de decreto de regulamentação do mesmo.
- ✓ Pré-agendamento da próxima reunião da CT Saneamento para 24 ou 31/10.

Conselheiros presentes que integram a Câmara Técnica:

NOME/INSTITUIÇÃO	ASSINATURA
Alexandre Sávio (Poder Público)	
Elka Porciúncula (SINDUSCON/PE)	
Fernando de Alcântara (Poder Público)	
José Fernandes Júnior (Poder Público)	
Luciana Félix (Poder Público)	
Marcela Gusmão (Poder Público)	
Maria do Carmo Martins de Santana (MLB/PE)	
Sérgio Xavier dos Santos (ABES/PE)	